GABRIELA FRAGOSO CALASSO COSTA

Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

GABRIELA FRAGOSO CALASSO COSTA

Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob orientação do Professor Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Costa, Gabriela Fragoso Calasso

Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos/Gabriela Fragoso Calasso Costa – São Paulo: USP/Faculdade de Direito, 2017.
252 f.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito Civil, 2017.

1. Direito civil. 2. Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos. 3. Godoy, Claudio Luiz Bueno de.

CDU

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy

Ao Marcelo, com quem eu seria capaz de montar todos os mosaicos-familiares existentes, centenas e centenas de vezes.

Aos meus filhos, Vinícius, Henrique e Enzo, pedras preciosas que compõem o nosso mosaico, sem os quais nada faria sentido.

Aos meus pais, Maria Aparecida e Úmile, que me ensinaram o sentido dos verbos *amar* e *pluriamar*.

Aos meus sogros, Irene e Antonio José, que me receberam em sua grande família como se fosse verdadeira *filha*.

Ao Professor Claudio Luiz Bueno de Godoy, que me fez refletir sobre o Direito de Família contemporâneo e perceber a existência de uma *família plural*, não contemplada pelos códigos. Um especial agradecimento pelas horas preciosas que lhe foram roubadas e pelos ensinamentos que nunca serão esquecidos.

COSTA, Gabriela Fragoso Calasso. Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos. 2017. 252f. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

A família é um instituto em transição, que se adapta às transformações sociais. O casamento – que, durante décadas, reinou soberano na constituição da *família legítima* –, atualmente convive com diversas configurações familiares, todas a merecer proteção jurídica. Um mesmo indivíduo pode experimentar diferentes realidades de família no curso de sua vida, bastando para tanto que se case, venha a se separar, viva durante um tempo na monoparentalidade e volte a se casar (ou a viver em uma união estável). Se isso ocorrer, poderá formar-se a denominada família-mosaico, assim denominada a rede formada por pessoas que se casam mais de uma vez, ou vivem em mais de uma união estável, trazendo ou não filhos para a nova relação. Após breve abordagem da evolução histórica do conceito de família, este trabalho examinará as conformações vigentes na atualidade, passando para uma análise mais aprofundada das famílias-mosaico. Abordará, ainda, a complexa cadeia de relacionamentos que podem eclodir por força do padrasto, com o cuidado de desfazer a pecha preconceituosa que recai sobre a recomposição familiar. As várias formas de parentesco serão avaliadas, especialmente o parentesco socioafetivo, que ganhou repercussão, no Brasil, a partir da *Desbiologização da Paternidade*, de João Batista Villela (1979), e, na Europa, com o *Critério Jurídico da Paternidade*, de Guilherme de Oliveira (1983). Por fim, este estudo enveredará pelos caminhos da multiparentalidade, chancelada pelo Supremo Tribunal Federal no recente julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 898.060-SC (tema 622), vínculo que poderá surgir nas famílias-mosaico, caso padrastos e enteados passem a se considerar, reciprocamente, como pais e filhos.

Palavras-chave: Direito Civil. Famílias-mosaico. Rompimento do paradigma do casamento como única forma de constituição válida de família. Conformações familiares vigentes na atualidade. Socioafetividade e multiparentalidade no padrasto.

COSTA, Gabriela Fragoso Calasso. Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos. 2017. 252 p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

Family is an institute in transition, which adapts to social transformations. Marriage – which for decades reigned supreme in the constitution of the legitimate family – lives with various family configurations nowadays, all deserving legal protection. A person can experience different realities of family in the course of his life, simply by marrying, separating, living for a time in single parenting and remarrying (or living in a stable union). If this occurs, the so-called *mosaic-family* can be formed, the family network formed by people who marry more than one time, or live in more than one stable union, bringing or not children to the new relationship. After a brief approach to the historical evolution of the concept of family, this paper will examine the current familiar conformations, going through a more detailed analysis of the *mosaic-families*. It will also address the complex chain of relationships that may arise through step-parents, undoing the prejudiced view that falls on the family reconstitution. The various forms of kinship will be evaluated, especially the socio-affective relationship, that gained repercussion, in Brazil, from the *Desbiologization of Paternity*, by João Batista Villela (1979), and, in Europe, with the *Juridical Criteria of Paternity*, by Guilherme de Oliveira (1983). Finally, this study will take the path of multiparentality, which was chanced by the Supreme Court in the recent judgment of the Extraordinary Appeal nº 898.060-SC, a link that may arise in the mosaic-families, if stepparents and stepchildren happen to consider each other as real parents and sons.

Keywords: Civil law. Families-mosaic. Breaking the paradigm of marriage as the only form of valid family constitution. Familiar configurations currently in force. Socio-activity and multiparentality between step-parents and step-children.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA	21
1.1. Evolução na Europa Ocidental	22
1.1.1. Da Antiguidade ao Medievo	22
1.1.2. Nas Idades Moderna e Pós-Moderna	31
1.2. Da Evolução da Família no Brasil	36
1.2.1. Do Descobrimento à Constituição de 1988	36
1.2.2. Do Código Civil de 1916 à Codificação de 2002	44
1.2.3. Aspectos relevantes do Código Civil de 2002	49
2. CONCEITO ATUAL DE FAMÍLIA	52
2.1. Família ou Entidade Familiar?	52
2.2. Possíveis Definições Atuais de Família	53
2.3. Elementos Constitutivos da Família	58
3. CONFORMAÇÕES FAMILIARES DO SÉCULO XXI. BREVES CONSIDERAÇÕES	63
3.1. Família Matrimonial ou Conjugal	65
3.1.1. Conceito e natureza jurídica do casamento	66
3.1.2. Condições de existência, validade e eficácia do casamento	69
3.1.3. Revoluções experimentadas pelo casamento	74
3.2. Família Decorrente da União Estável	76
3.2.1. Conceito	76
3.2.2. Evoluções legislativa e jurisprudencial anteriores à Constituição de 1988	77
3.2.3. A tutela constitucional e as Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96	81
3.2.4. Efeitos pessoais da união estável	83
3.3. Concubinato Impuro ou Família Paralela	89
3.3.1. Definição	89
3.3.2. Equiparação entre união estável e concubinato. Inviabilidade	90
3.3.3. A impropriedade da chamada “triação”	94
3.4. Família Homoafetiva	97
3.5. Uniões Poliafetivas	101

3.6. Família Monoparental	103
3.7. Família Anaparental	106
3.8. Neologismos Questionáveis: Famílias <i>Single</i> , Eudemonista e Outras	107
4. FAMÍLIAS-MOSAICO	110
4.1. Conceito.....	110
4.2. Evolução Legal do Reconhecimento das Famílias-Mosaico.....	112
4.3. Filhos e Enteados nas Famílias-Mosaico. Requisitos de Configuração?	114
4.4. Características das Famílias-Mosaico	116
4.5. Parentesco nas Famílias-Mosaico.....	122
4.5.1. Definição de parentesco	122
4.5.2. Classificação	123
4.5.3. Parentesco socioafetivo	127
4.5.3.1. A posse do estado de filho	132
4.5.3.1.1. Origem.....	133
4.5.3.1.2. Requisitos da posse do estado de filho	135
4.5.3.1.3. A posse do estado de filho e os seus efeitos práticos	137
4.5.3.1.3.1. Adoção à brasileira.....	138
4.5.3.1.3.2. Filhos de criação.....	140
4.5.3.1.3.3. Socioafetividade entre padrastos e enteados.....	141
4.5.3.1.3.4. Socioafetividade após subtração de menor.....	142
4.5.4. Apadrinhamento afetivo.....	142
4.5.5. Ações de desconstituição da filiação	144
4.5.6. Multiparentalidade	154
4.6. Parentesco nas Famílias-Mosaico.....	158
4.6.1. Piso mínimo de parentesco nas famílias-mosaico. Parentesco por afinidade	160
4.6.2. Piso máximo de parentesco nas famílias recompostas. Socioafetividade reconhecida judicialmente	163
4.6.3. Piso médio de parentesco nas famílias-mosaico	171
4.7. Autoridade Parental nas Famílias-Mosaico.....	173
4.7.1. Introdução	173
4.7.2. Antecedentes históricos.....	177
4.7.3. Críticas ao art. 1636	180

4.7.4. Atual Estado da Arte. A autoridade parental nos pisos de parentesco mínimo, intermediário e máximo	186
4.8. Dissolução das Famílias-Mosaico	190
4.8.1. Introdução	190
4.8.2. Guarda dos enteados nos casos de viuvez. Pisos mínimo, máximo e intermediário de parentesco	193
4.8.3. Guarda dos enteados nos casos de divórcio, separação judicial ou de fato. Novamente os pisos de parentesco	196
4.8.4. Direito de visitação no rompimento das famílias-mosaico	200
4.9. Alimentos entre Padrastos ou Madrastas e Enteados	205
4.9.1. Considerações gerais	205
4.9.2. Espécies e características	207
4.9.3. Sujeitos ativos e passivos da obrigação alimentar	213
4.9.4. Alimentos entre padrastos-madrastas e enteados	217
4.10. Direito Sucessório	224
4.11. Impedimentos Matrimoniais.....	227
4.11.1. Introdução	227
4.11.2. A socioafetividade entre os quase-irmãos. Vínculo que independe da vontade dos pais e padrastos	229
4.11.3. Impedimentos nos pisos mínimo, máximo e intermediário de parentesco	230
CONCLUSÃO	234
REFERÊNCIAS.....	238

*João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
que não amava ninguém.
João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,
Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes
que não tinha entrado na história.*

“Quadrilha”. Carlos Drummond de Andrade, **Alguma Poesia**

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade mudou muito e talvez nenhum outro ramo do Direito tenha sentido tanto o impacto dessas mudanças quanto o Direito de Família. Pode-se afirmar, com segurança, que a fisionomia da família alterou-se. Há quem diga, com razão, que não se pode mais falar em “modelos de família”, pois há uma ampla liberdade de constituição, de tal modo que nenhuma forma pode ser considerada como exemplar.

A legislação nacional havia adotado como modelo, desde o Brasil Colônia, passando pelo Império até o final do século XX, a família patriarcal, na qual o marido era o chefe e detinha direitos que se sobrepunham aos da mulher e dos filhos. Esse regime foi-se abrandando aos poucos, com o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/62), a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515/77) e a Constituição Federal de 1988.

Com a evolução dos costumes e o progresso científico, houve uma mudança de paradigmas. A equalização dos direitos das mulheres e a vedação à discriminação entre filhos foram importantes molas impulsionadoras dessa mudança. Some-se a elas a menor estabilidade do vínculo conjugal, decorrente da aceitação do divórcio e das facilidades para a sua decretação.

A igualdade e a liberdade alcançaram paulatinamente os relacionamentos e abalaram a sua rigidez anterior, de sorte que a qualidade das uniões tornou-se mais relevante do que a sua aparência externa. Ricardo Lucas Calderón pondera que isso acabou “por gerar diversas uniões, separações, novas uniões, em um quadro de combinações e recombinações sem precedentes. A instabilidade alcançou os relacionamentos familiares, outrora tidos como exemplos de segurança e estabilidade”.¹

Ao lado da clássica família nuclear, constituída pelos pais e seus filhos, coexistem outras estruturas familiares, que igualmente gozam de proteção legal e constitucional, tendo o afeto como base essencial.

O direito pluralizou-se e, como leciona Maria Berenice Dias, as antigas expressões “famílias marginais, informais e extramatrimoniais não servem mais, pois trazem um ranço discriminatório”.^{2,3}

¹ CALDERÓN, Ricardo Lucas. *Princípio da Afetividade no Direito de Família*. Rio de Janeiro: Renovar, 2013, p. 1.

² DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito de Famílias*. 9. ed. São Paulo: Editora RT, 2013, p. 39.

³ Os contornos das famílias modificaram-se tanto que o Dicionário Houaiss prepara novo verbete para conceituá-las, analisando sugestões elaboradas a partir de redes sociais. Há várias contribuições interessantes, dentre as quais se destacam: “família é o conjunto de pessoas unidas através do amor, da convivência e do

Cecília Grosman e Irene Martínez Alcorta mencionam que “*hablar de diferentes tipos de familia es decir, de familias en plural en lugar de familia en singular; implica discutir la existencia de un modelo único configurado por la familia nuclear intacta, fundada en el matrimonio*”.⁴

Nesse sentido, o art. 226 da Constituição Federal prevê que a família, “base da sociedade”, pode ser formada pelo casamento, pela união estável e pela monoparentalidade. Algumas vozes apregoam que esses seriam os únicos modelos admitidos pelo ordenamento jurídico.⁵ No entanto, a maioria dos doutrinadores tem admitido igualmente como entidades familiares os casais homoafetivos, as famílias multiparentais, monoparentais, anaparentais e as famílias-mosaico. Há, ainda, quem sustente a existência das famílias eudemonistas e solidárias, nas quais não existem vínculos de consanguinidade ou afinidade, mas mera relação de afeto entre os integrantes.⁶

Aceitar que houve alterações na fisionomia da família não significa decretar que o modelo tradicional-nuclear tenha chegado ao fim, porém “que não mais pode servir como único paradigma para a sociedade do futuro pelo surgimento de novas e variadas estruturas familiares, que constituem etapas do ciclo vital de uma mesma pessoa”.⁷

O presente trabalho discorrerá sobre as famílias-mosaico, também conhecidas como famílias recompostas, refeitas, adaptadas, recombinações, reconstituídas, transformadas e

interesse verdadeiro pelo bem-estar mútuo e social”, e “são pessoas unidas pelo afeto e/ou parentesco, independentemente do sexo, gênero ou idade dos membros” (Matéria veiculada no jornal O Estado de São Paulo: *Dicionário vai alterar o conceito de família*, edição de 24 de abril de 2016, p. A17).

⁴ Tradução livre: “falar sobre diferentes tipos de famílias, ou seja, famílias em plural em vez de família no singular; implica discutir sobre a existência de um único modelo configurado pela família nuclear intacta, fundada sobre o matrimônio” (GROSMAN, Cecília P. & ALCORTA, Irene Martinez. *Familias Ensambladas, nuevas uniones después del divorcio*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 2000, p. 31).

⁵ A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, em 24 de setembro de 2015, o Projeto de Lei nº 6.583/13, conhecido como Estatuto da Família, sustentado pela bancada evangélica do Congresso Nacional. Em oposição ao Estatuto das Famílias de iniciativa do IBDFAM, o projeto retrógrado – que conta com o apoio do Deputado Eduardo Cunha – define a família como o núcleo formado exclusivamente a partir da união entre um homem e uma mulher. Caso seja aprovado nos plenários da Câmara e do Senado, restará à sociedade aguardar que o Supremo Tribunal Federal reconheça a sua inconstitucionalidade, o que certamente ocorrerá. Basta lembrar que, em maio de 2011, na decisão da ADPF 132/RJ e da ADI 4.2771, aquela Corte admitiu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, com todos os efeitos da união estável heterossexual.

⁶ O entendimento limitativo não se coaduna com a realidade. Pense-se em uma pessoa casada e com filhos que venha a se divorciar e, depois, volte a se casar. Ela experimentará um modelo de família nuclear de primeiras núpcias, depois uma família monoparental e, em seguida, uma família reconstituída. Se enviuvar, voltará à monoparentalidade. Durante a sua efêmera vida, irá usufruir de várias modalidades diferentes de família, as quais Cecília P. Grosman e Irene Martinez Alcorta denominam de “*cadena compleja de transiciones familiares*” (*Familias Ensambladas...*, p. 32).

⁷ GRISARD FILHO, Waldyr. Famílias Reconstituídas. Novas Relações Depois das Separações. Parentesco e Autoridade Parental. Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil Brasileiro. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família*, 2003, p. 2.

reconstruídas, passando por necessárias considerações sobre as outras estruturas familiares vigentes, para efeitos comparativos.

A psicóloga Maria Rita Kehl, vencedora do prêmio Jabuti em 2010, adota a expressão *família tentacular* para denominar essa nova modalidade de união:

As separações e as novas uniões efetuadas ao longo da vida dos adultos foram formando, aos poucos, um novo tipo de família que vou chamar de família tentacular, diferente da família extensa pré-moderna e da família nuclear que aos poucos vai perdendo a hegemonia. (...) Na confusa árvore genealógica da família tentacular, irmãos não consanguíneos convivem com *padrastos* ou *madrastas* (na falta de termos melhores), às vezes já de uma segunda ou terceira união de um de seus pais, acumulando vínculos profundos com pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas. Cada uma dessas árvores hiper-ramificadas guarda o traçado das moções de desejo dos adultos ao longo das várias fases de suas vidas – desejo errático, tornado ainda mais complexo no quadro de uma cultura que possibilita e exige dos sujeitos que lutem incansavelmente para satisfazer suas fantasias.⁸

Importa consignar que a legislação nacional não cuida de muitas situações afetivas que vigem na atualidade, o que implica dizer que uma abordagem limitada à estrutura codificada gera dificuldades para a solução dos novos dilemas familiares. De qualquer modo, a doutrina e a jurisprudência vêm contribuindo para resolver os impasses pós-modernos do Direito de Família, reconhecendo a afetividade como valor fundamental e fornecendo respostas a tais demandas, mesmo sem previsão legislativa.

Nesse cenário de ausência de normatização para várias conformações familiares atuais, surgem as “famílias-mosaico”, estruturas complexas que se formam a partir de famílias nucleares extintas que, por meio de sucessivos relacionamentos de seus integrantes, acabam se transformando em novas entidades nucleares.

Dentre as várias denominações possíveis, preferiu-se o uso do termo “famílias-mosaico”, mais adequado inclusive do que “famílias recompostas, por se entender que o termo “recomposição” não seja tecnicamente o mais acertado. É que as famílias monoparentais que antecedem a sua formação não deixam de ser *famílias*, de sorte que não seria possível reconstruir algo que nunca se decompôs. Vez por outra, contudo, a expressão *famílias recompostas* será adotada, desprovida de qualquer viés preconceituoso.⁹

⁸ KEHL, Maria Rita. *Em defesa da família tentacular*. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

⁹ Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk sustenta que “a recomposição se refere, na verdade, à estrutura conjugal que funda a família nuclear. Trata-se, pois, de novas famílias nucleares, de caracteres especiais, construídas

Na Argentina, autores utilizam-se da expressão *familias ensambladas* para a reconstituição familiar. Gustavo A. Bossert e Eduardo A. Zannoni referem que a estrutura familiar se amplia quando pessoas que têm filhos em casamentos ou uniões de fato consolidam novas relações conjugais e têm, por sua vez, filhos nelas:

*Esto da lugar a lo que se denomina familia ensamblada o reconstituida, que reconoce vínculos procedentes de dos o más uniones conyugales. De algún modo, la interrelación que genera esta estructura compleja, que se origina en vínculos múltiples, no es indiferente al derecho, o al menos no debe serlo. Desde luego, exige un abordaje interdisciplinario, ya que las pautas de estabilidad y de pertenencia que internalizaron los miembros de cada familia deben, necesariamente, ser flexibilizadas.*¹⁰

O Código Civil de 2002 não regulamentou os direitos e deveres dos padrastos e enteados, omissão que gera inúmeros conflitos familiares e dificulta sobremaneira a atuação dos juízes nos conflitos envolvendo essas novas famílias. Tal como ocorre em diversos países, o padrasto vem sendo tratado com um terceiro no Brasil, embora exerça “*de facto funciones parentales y es una persona cada vez más frecuente en la vida familiar*”.¹¹

Em termos legais, há apenas algumas referências tímidas ao parentesco por afinidade e à imutabilidade do poder familiar nos casos de ruptura da convivência nos art. 1.579, 1.595 e 1.636,¹² que se apresentam insuficientes para dirimir a maioria dos litígios que orbitam em torno das famílias recompostas.

após o ocaso de experiências familiares análogas anteriores, por um ou ambos os cônjuges” (*Familias Simultâneas*: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 141).

¹⁰ Tradução livre: “Isso resulta na chamada *stepfamily* ou família reconstituída, que reconhece vínculos oriundos de duas ou mais uniões conjugais. De alguma forma, a interação gerada por esta estrutura complexa, que se origina a partir de vários vínculos, não é indiferente para o direito, ou pelo menos não deveria ser. Desde logo, exige uma abordagem interdisciplinar, uma vez que os padrões de estabilidade e de pertença que internalizam os membros de cada família devem ser, necessariamente, flexibilizados” (BOSSERT, Gustavo A. & ZANNONI, Eduardo A. *Manual de derecho de familia*. Buenos Aires: Astrea, 2004, p. 7).

¹¹ Tradução livre: “...embora exerça de fato funções parentais e seja uma pessoa cada vez mais frequente na vida familiar” (HAYA, Silvia Tamayo. *El Estatuto Juridico de los Padrastrs*. Nuevas perspectivas jurídicas. Madrid: Reus, 2008, p. 26).

¹² A par dos artigos que visam a evitar a confusão do patrimônio dos filhos em casos de viuvez, os dispositivos que se referem à recomposição familiar são: (i) o art. 1.579, que dispõe que “o divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”, sendo complementado pelo parágrafo único: “Novo casamento de qualquer dos pais, ou de ambos, não poderá importar restrições aos direitos e deveres previstos neste artigo”; (ii) o art. 1.595, ao referir que cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pela afinidade, esta limitada aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.; (iii) o art. 1.636, que prevê que “o pai ou a mãe que contrai novas núpcias, ou estabelece união estável, não perde, quanto aos filhos do relacionamento anterior, os direitos ao poder familiar, exercendo-os sem qualquer interferência do novo cônjuge ou companheiro”.

No prefácio da obra *Segundas Núpcias*, de Antônio Chaves, o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Edgard de Moura Bittencourt, ressalta:

As consequências jurídicas das segundas núpcias são aparentemente simples, restringindo-se, segundo a lei, aos impedimentos matrimoniais, ao pátrio poder e guarda dos filhos do primeiro leito e às exceções patrimoniais do Direito de Família e no das Sucessões. Quem se disponha, no entanto, a aprofundar-se no estudo das múltiplas questões que despontam, na doutrina e na prática, verá como se torna vasto o campo de pesquisa para soluções, não todas pacíficas, nem fáceis em sua maioria.¹³

Buscar-se-ão respostas para questões que se apresentam à margem da lei civil. Como se formam as famílias-mosaico e quais as consequências da sua constituição para os consortes e os filhos? Existe dever alimentar entre o padrasto ou a madrasta e os enteados? Pode-se admitir o casamento entre os chamados “quase-irmãos”? Como resolver possíveis conflitos entre o genitor biológico e o “pai de criação” – expressão empregada diuturnamente nas relações entre padrastos e os filhos das uniões anteriores de seus companheiros?

Paralelamente, serão desmistificadas as figuras do padrasto e da madrasta, sempre vistos com ressalvas pela cultura popular. A própria origem dos termos *padrasto* e *madrasta* se revela bastante significativa:

*La palabra padrastro deriva del latín patraster, despectivo de padre. En sentido figurado, en el diccionario de la lengua española, padrastro significa mal padre, y madrastra, cualquier cosa que incomoda o dana. En el mismo diccionario figuran dichos como madrastra, aun de azúcar, amarga.*¹⁴

Ademais, traçar-se-ão considerações sobre o debate acadêmico que paira sobre as famílias recompostas, questionando se haveria a necessidade de regulamentá-las com artigos específicos ou se seria possível apaziguar os conflitos com a flexibilização dos dispositivos destinados às famílias tradicionais.

Jones Figueirêdo Alves sugere a criação de um Estatuto do Padrastio, que distinga a situação do padrasto que exercita o papel de verdadeiro pai daquela em que se

¹³ BITTENCOURT, Edgard de Moura. Prefácio. In: CHAVES, Antônio. *Segundas Núpcias*. 2. ed. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda., 1997, p. 7.

¹⁴ Tradução livre: “A palavra padrasto deriva do latim *patraster*, depreciativo de pai. Figurativamente, no dicionário da língua espanhola, significa mau pai e, madrasta, qualquer coisa que incomoda ou prejudica. No mesmo dicionário, inclui-se como madrasta o mesmo que amarga” (GROSMAN, Cecília & ALCORTA, Irene Martínez. *Familias Ensambladas...*, p. 41).

estabelece uma relação “incolor, inodora e inerte”, de simples parentesco por afinidade entre os interlocutores.¹⁵

Nesse particular, há dois aspectos a serem ponderados: de um lado, as famílias-mosaico são permeadas por uma complexidade de vínculos que impede a aplicação singela das normas relativas às famílias nucleares; de outro, o fato de não haver normas pode ser benéfico para a recomposição familiar, na medida em que existe mais liberdade para se refletir sobre tais relações.

Antecipa-se, desde já, que este estudo concluirá pela necessidade de uma regulamentação não exauriente das famílias recompostas, com enfoque para a concessão de uma autoridade parental complementar aos padrastos, com o fito de viabilizar uma boa convivência doméstica. Silvia Tamayo Haya, com razão, apregoa ser preciso “*dar cobertura jurídica al papel del padrasto mediante la enunciación precisa de derechos y obligaciones que de respuesta a las exigências de protección del menor*”.¹⁶

Não se pode ignorar que o número de famílias reconstituídas está crescendo a cada dia¹⁷ e o Direito não pode se distanciar da realidade social. Devido à falta de previsão normativa envolvendo várias composições familiares atuais, Calderón sugere o estudo de “um direito das famílias para além dos códigos”.¹⁸

Não regulamentar essa nova modalidade familiar significa delegar para os seus integrantes o dever de criar as suas próprias normas, atividade que se revela deveras onerosa, na medida em que cada indivíduo traz consigo as suas crenças e ideologias, nem sempre passíveis de negociação. A regulamentação legal facilitaria bastante a formação de

¹⁵ ALVES, Jones Figueirêdo. Consolidado, padrasto agora precisa de um estatuto jurídico. *ConJur*, 22 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-22/processo-familiar-consolidado-padrastio-agora-estatuto-juridico>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

¹⁶ Tradução livre: “dar cobertura legal para o papel de padrasto através da enumeração precisa de direitos e obrigações que deem resposta às exigências de proteção do menor” (HAYA, Silvia Tamayo. *El Estatuto...*, p. 28).

¹⁷ Não existem pesquisas concretas envolvendo a recomposição familiar, porque os recenseamentos demográficos mais conhecidos – como os realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – registram apenas as fases atuais das famílias pesquisadas, ignorando os ciclos anteriores, como separações, divórcios e novos casamentos. O psicólogo Felipe Watarai analisou os indicadores da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde coletados pela Sociedade Civil Bem-Estar Familiar (Bem-fam) e concluiu: “No Brasil, cerca de 28% das crianças e adolescentes menores de 15 anos não vivia com ambos os pais biológicos em 1996. A maioria, cerca de 17%, morava apenas com a mãe, 2% com o pai e os restantes 9% com outras pessoas. Estima-se que, dessas crianças que não viviam com ambos os pais biológicos (28%), grande parte delas (10%) vivia em famílias recompostas” (WATARAI, Felipe. *Filhos, Pais, Padrastos: Relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares*. Doutorado – Faculdade de Psicologia da USP, Ribeirão Preto, 2010, p. 16).

¹⁸ CALDERÓN, Ricardo Lucas. *Princípio da Afetividade...*, p. 4.

novas uniões, poupando angústias e sofrimentos a todos os envolvidos, sobretudo às crianças que participam dessa realidade familiar.

Pondera Waldyr Grisard Filho que

a ausência de regras institucionalizadas enraíza o medo e, com ele, as rivalidades, os interesses extremados e as chantagens afetivas. Ao direito cabe legitimar as eleições individuais ou grupais, afirmar certas responsabilidades originadas nas funções familiares, instituir determinadas regras para impedir descumprimentos de funções conjugais e parentais.¹⁹

Submersas em diversas celeumas, as famílias-mosaico estão na pauta de discussão dos bancos acadêmicos, em todas as Cortes do país e, principalmente, no seio de um número cada vez maior de brasileiros que veem naufragar os seus primeiros relacionamentos, porém mantêm o sonho de encontrar a felicidade em novas uniões.

¹⁹ GRISARD FILHO, Waldyr. *Famílias Reconstituídas*: Novas relações depois das separações. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora RT, 2010, p. 107.

CONCLUSÃO

Durante séculos, o ordenamento jurídico outorgou legitimidade apenas à família originada pelo matrimônio. Cláudia Elizabeth Pozzi relata que “a exclusividade da *família-tipo*, o casamento heterossexual e o princípio biológico na filiação foram as vigas-mestras a nortear o figurino da família até os anos 90, quando passaram a ser paulatinamente flexibilizadas por novos paradigmas na ordem civil-constitucional”.⁷⁴²

Contudo, a família não é estática, encontrando-se em constante ebulição. Atenta a esta realidade, a Constituição Federal de 1988 chancelou outros padrões de configuração familiar, a partir do artigo 226, que consagrou, ao lado do casamento, as famílias formadas pela união estável e pela monoparentalidade.

Posto não previstos em lei, existem outros arranjos familiares na atualidade, todos a merecer proteção jurídica. A família antecede ao Estado, de modo que não se encontra “no poder de disposição do Estado ou da Igreja desenhar, ao seu arbítrio, o perfil da família. O poder jurídico de um e de outra relativamente à família não pertence à ordem da atribuição. Pertence, ao contrário, à ordem do reconhecimento”.⁷⁴³

Cabe aos profissionais do direito, assim, identificar a família *como ela é*, abandonando as suas próprias convicções e o olhar discriminatório que antes considerava família apenas o núcleo formado entre marido, esposa e filhos.

A partir da admissão do divórcio, os relacionamentos afetivos ganharam instabilidade, sendo possível que uma mesma pessoa case e recase inúmeras vezes, gerando novos filhos em suas sucessivas relações. Nesse cenário, surgiu a família-mosaico, consistente na rede formada por pessoas que se casam mais de uma vez, ou vivem em mais de uma união estável, trazendo ou não filhos para a nova entidade familiar.

As leis civis sempre trataram as segundas núpcias com certa desconfiança, havendo um antigo receio – potencializado nos casos de viuvez feminina – de que o novo consorte deixasse o viúvo cego, a ponto de descurar dos filhos do primeiro casamento e relegar todo o seu patrimônio para a prole oriunda da segunda união.

⁷⁴² POZZI, Cláudia Elizabeth. (Trans)fronteiras da Parentalidade – Os olhares epistemológicos de Grossi e Arnaud no campo das famílias. In: TEPEDINO, Gustavo & FACHIN, Luiz Edson (Coords.). *Pensamento Crítico do Direito Civil Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 30.

⁷⁴³ VILLELA, João Baptista. Repensando o Direito de Família. *Anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Editora IBDFAM, 1999, p. 19.

Este ranço preconceituoso não pode mais ser admitido, principalmente porque a reconstituição das famílias consiste em uma realidade mundial.

O Brasil não regulamentou de maneira satisfatória as relações decorrentes das segundas uniões, especialmente o vínculo formado entre padrastos e enteados. Recomendável seria a adoção de sistema assemelhado ao do direito argentino, inaugurado pelo Código Civil de 2014 (Lei nº 26.994, de 7 de outubro de 2014), que contempla um verdadeiro Estatuto Jurídico do Padrastio.

Enquanto não sobrevém mudança legislativa para tratar do vínculo padrastos-madrastas-enteados, o intérprete deve laborar com o direito vigente, tendo sido sugerida neste trabalho a adoção dos chamados *pisos de parentesco*. Estes nada mais são do que critérios concebidos para que o intérprete possa, diante de um caso concreto, visualizar o exato contexto de padrastio existente em certa família recomposta, a fim de identificar os possíveis efeitos jurídicos decorrentes desta relação.

Nesse sentido, o casamento e a união estável geram – por expressa disposição do art. 1.595 do Código Civil – o parentesco por afinidade entre o cônjuge ou o companheiro e os parentes do outro. Esse é o denominado *piso mínimo de parentesco* nas famílias recompostas.

Nesse patamar, duas hipóteses podem se delinear: (i) pode existir relacionamento incolor entre os envolvidos, a fazer com que o padrasto trate o enteado apenas como “o filho de sua esposa ou companheira” e; (ii) pode surgir elo de amizade entre eles, sendo bastante frequente que os enteados chamem os padrastos carinhosamente de “tios”. A distinção é puramente acadêmica, na medida em que os efeitos jurídicos, em ambas as hipóteses, são os mesmos, não havendo mais do que simples afinidade.

Poderá, ao reverso, surgir uma *paternidade por opção* entre os interlocutores, expressão cunhada por Jones Figueirêdo Alves,⁷⁴⁴ hipótese em que a socioafetividade poderá ser oficializada de duas maneiras distintas: por meio da adoção unilateral e da multiparentalidade. Formar-se-á, nesse caso, o *piso máximo* de parentesco nas famílias-mosaico, com todos os efeitos jurídicos decorrentes da paternidade, inclusive alimentares e sucessórios.

A multiparentalidade passou a ser admitida em vários países, como decorrência da igualdade entre as filiações biológica e afetiva, defendida pioneiramente por João Batista Villela (1979) e por Guilherme de Oliveira (1983). Ademais, o Supremo Tribunal Federal

⁷⁴⁴ ALVES, Jones Figueirêdo. *Consolidado, padrastio...*

acolheu a possibilidade de multiparentalidade, no recente julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 898.060-SC (tema 622).

Existe, por fim, o *piso intermediário*, no qual os padrastos e as madrastas se portam como verdadeiros pais dos enteados, todavia não oficializam este vínculo de parentalidade, por motivos variados. A posse de estado de filho encontra-se delineada, mas não chancelada pelo Poder Judiciário, cuidando-se do piso de parentalidade que poderá gerar mais controvérsias, caso sobrevenha a dissolução da família recomposta.

Desfazendo-se a segunda união e aperfeiçoando-se o nível médio de parentesco, o enteado poderá comprovar a posse do estado de filho para reivindicar alimentos e direitos sucessórios do padrasto, cabendo ao magistrado analisar, incidentalmente, a existência da socioafetividade, para poder conceder os efeitos almejados pelo autor da ação.

Na sistemática do Código do Processo Civil de 1973, o reconhecimento *incidenter tantum* da paternidade socioafetiva não faria coisa julgada (art. 469), de modo que o enteado não conseguiria alterar os seus registros de nascimento em ações de guarda, visitas, petição de herança ou alimentos, nas quais a posse do estado de filho fosse discutida incidentalmente. Nada obstante, o novo Código de Processo Civil modificou este panorama, pois o art. 503, § 1º, permite que questões prejudiciais ganhem “força de lei”, se forem decididas expressamente no processo, desde que preenchidas algumas exigências.

Em todos os pisos de parentesco, poderão eclodir conflitos entre genitores e padrastos, sobretudo se todos quiserem participar ativamente da criação dos filhos e enteados. Entretanto, as funções dos pais e dos padrastos devem ser conjugadas sem exclusões. É fundamental que haja uma soma de papeis, para que as crianças e os adolescentes se desenvolvam em ambiente saudável e propício para o seu amadurecimento.

Longe de exaurir as diversas questões que podem aflorar nas famílias-mosaico, o presente trabalho pretendeu sistematizar possíveis soluções para conflitos que costumeiramente se manifestam na recomposição familiar, com a certeza de que as lacunas da lei civil dificultam sobremaneira a rotina dos envolvidos.

De qualquer modo, buscou-se comprovar que, com certa dose de cuidado e tolerância, é perfeitamente possível que todos os integrantes da família-mosaico vivam em harmonia, conjugando o verbo essencial *pluriamar*.

*Além da Terra, além do Céu,
no trampolim do sem-fim das estrelas,
no rastro dos astros,
na magnólia das nebulosas.
Além, muito além do sistema solar,
até onde alcançam o pensamento e o coração,
vamos!
vamos conjugar o verbo fundamental
essencial,
o verbo transcendente, acima das gramáticas
e do medo e da moeda e da política, o verbo
sempreamar, o verbo pluriamar,
razão de ser e de viver*

“Além da Terra, Além do Céu”. Carlos Drummond de Andrade, **Poesia completa**.

REFERÊNCIAS

AHRONS, Constance R. Family Ties After Divorce: Long-Term Implications for Children. *Family Process*, v. 46, n. 1, p. 53-65, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.familieslink.co.uk/download/sept07/Family%20Ties%20After%20Divorce%20LongTerm%20Implications.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Roberto Paulino de. A filiação socioafetiva no direito brasileiro e a impossibilidade de sua desconstituição posterior. *Revista Jus Navigandi*, ano 12, n. 1547, set. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10456>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

ALTAVILA, Jayme de. *Origem dos Direitos dos Povos*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALVES, Jones Figueirêdo. A família no contexto da globalização e a socioafetividade como seu valor jurídico fundamental. In: CASSETTARI, Christiano (Coord.). *10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002: Estudos em homenagem ao Prof. Carlos Alberto Dabus Maluf*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 541-554.

ALVES, Jones Figueirêdo. Consolidado, padrastio agora precisa de um estatuto jurídico. *ConJur*, 22 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-22/processo-familiar-consolidado-padrastio-agora-estatuto-juridico>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

ALVES, Jones Figueirêdo. Estado civil de convivente de acordo com o Código de Processo Civil de 2015. *ConJur*, 04 set. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-set-04/processo-familiar-estado-civil-convivente-acordo-cpc2015>>. Acesso em: 05 set. 2016.

ALVES, Jones Figueirêdo. Paternidade e vínculo biológico. Valores distintos. *Revista Cartórios com Você*, n. 5, p. 20-21, set/out. 2016.

ALVES, José Carlos Moreira. A evolução da teoria do casamento inexistente. *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 419-438, 1963. Disponível em: <http://daleth.cjf.jus.br/revista/outras_publicacoes/jornada_direito_civil/IIIJornada.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

ANDRADE, Ronaldo Alves de. Reflexos Jurídicos da Filiação Afetiva Decorrentes do Padrastio e do Madrastio. In: CHINELLATO, Silmara Juny; SIMÃO, José Fernando; FUJITA, Jorge Shiguemitsu & ZUCCHI, Maria Cristina (Orgs.). *Direito de Família do Novo Milênio: estudos em homenagem ao Prof. Álvaro Villaça Azevedo*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 505-522.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Curso de Direito Civil*. Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2013.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Estatuto da Família de Fato*: de acordo com o novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10-01-2002. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio Jurídico*: existência, validade e eficácia. 4. ed. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARBOZA, Heloísa Helena. Novas relações de filiação e paternidade. *Anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Editora IBDFAM, 1999, p. 135-142.

BARBOZA, Heloísa Helena. O Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *A família na travessia do milênio – Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 201-214.

BARROS, Sérgio Resende de. *Direitos Humanos e Direito de Família*. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos-e-direito-de-familia.cont>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

BARROS, Sérgio Resende de. *Status Familiae*. Disponível em: <<http://www.srbarros.com.br/pt/-i-status-familiae--i-.cont>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BITTAR, Carlos Alberto. Novos Rumos do Direito de Família. Apud: MAIA JÚNIOR, Mairan Gonçalves. *A Família e a Questão Patrimonial*. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora RT, 2015.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O direito na pós-modernidade. *Revista Sequência*, v. 29, n. 57, p. 131-152, dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2008v29n57p131/13642>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. *Concubinato*. 3. ed. São Paulo: Leud, 1985.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. Prefácio. In: CHAVES, Antônio. *Segundas Núpcias*. 2. ed. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda., 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BONFANTE, Pietro. *Famiglia e Successione*. Torino: Editrice Torinese, 1926.

BOSSERT, Gustavo A. & ZANNONI, Eduardo A. *Manual de derecho de familia*. Buenos Aires: Astrea, 2004.

BUNAZAR, Mauricio. *Pelas portas de Villela*: Um ensaio sobre a pluriparentalidade como realidade sociojurídica. Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 151, 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2458/1802>>. Acesso em: 22.12.2016.

CAHALI, Yussef Said. *Dos Alimentos*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. *Princípio da Afetividade no Direito de Família*. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Limites Objetivos da Coisa Julgada no Novo Código de Processo Civil Brasileiro. In: DIDIER JR., Fredie (Coord. Geral). *Novo CPC. Doutrina Seleccionada: procedimento comum*. Salvador: Juspodivm, 2016, vol. 2, p. 697-706.

CARNEIRO, Sérgio Barradas. Separação judicial não existe mais. In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo & CARNEIRO, Sérgio Barradas. *Coleção Repercussões do novo CPC*. Salvador: Juspodivm, 2016, vol. 15 – Famílias e sucessões, p. 371-398.

CARVALHO FILHO, Milton Paulo de. In: PELUSO, Cezar Peluso (Coord.). *Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência*. 7. ed. revista e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2013, p. 1611-2137.

CARVALHO, Dimas Messias de. *Direito das Famílias*. 4. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASSETTARI, Christiano. *Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos*. São Paulo: Atlas, 2014.

CATALAN, Marcos. *Um ensaio sobre a multiparentalidade: prospectando, no ontem, pegadas que levarão ao amanhã*. *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, v. 42, n. 117, p. 621-649, julho/dezembro 2012 (Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid>. Acesso em: 08 ago. 2016)

CHAVES, Antônio. *Segundas Núpcias*. 2. ed. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda., 1997.

CHAVES, Marianna. Religião, Sexualidade e Famílias: dogmas espirituais como fundamento para a não regulamentação da união homoafetiva. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 9, p. 25-51, mai./jun. 2015.

CHAVES, Marianna. Religiões e influência dos seus dogmas no Direito das Famílias. *Revista Informativa IBDFAM*, n. 25, p. 11-12, fev./mar. 2016.

CHINELLATO, Silmara Juny. *Comentários ao código civil*. São Paulo, Saraiva, 2008. vol. 18 – Parte Especial ao Direito de Família.

CORREIA, Alexandre & SCIASCIA, Gaetano. *Manual de direito romano*. São Paulo: Saraiva, 1968. Série Cadernos Didáticos.

COSTA, Dilvanir José da. Quarenta Séculos de Codificação. *Revista de informação legislativa de Brasília*, v. 41, n. 163, p. 185-192, jul./set. 2004.

COULANGES, Numa-Denis Fustel de. *A Cidade Antiga*. Estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. 2. ed. São Paulo: Edipro, 1999.

CRUZ, José de Ávila. Família. Notícia Histórica. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva & CARVALHO, Paulo de Barros (Coords.). *O Direito e a Família*. São Paulo: Noeses, 2014, p. 361-388.

CUTSEM, Chantal Van. *A família recomposta: entre o desafio e a incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Direito de família e das sucessões*. Revista e atualizada por José Gomes Bezerra Câmara e Jair Barros. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1991.

DELGADO, Mário Luiz. Não cabe ao Judiciário conferir à relação informal os efeitos da sociedade conjugal. *ConJur*, 07 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-ago-07/processo-familiar-nao-cabe-judiciario-dar-relacao-informal-efeitos-casamento>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

DIAS, Maria Berenice & SOUZA, Ivone M. C. Coelho de. *Famílias Modernas: (inter) secções do afeto e da lei*. Disponível em: <<http://www.iuspedia.com.br>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

DIAS, Maria Berenice. Famílias Homoafetivas no Brasil e em Portugal. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite; COLTRO, Antônio Carlos Mathias & TELLES, Marília Campos Oliveira (Coords.). *Problemas da Família no Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 117-130.

DIAS, Maria Berenice. *Filhos do Afeto*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito de Famílias*. 9. ed. São Paulo: Editora RT, 2013.

DIAS, Maria Berenice. Proibição das famílias multiparentais só prejudica os filhos. *ConJur*, 1º mai. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-01/processo-familiar-proibicao-multiparentalidade-prejudica-filhos>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

DIAS, Maria Berenice. Um Estatuto para a Diversidade Sexual. In: VENOSA, Sílvio de Salvo; GAGUARDI, Rafael Villar & NASSER, Paulo Magalhães (Coords.). 10 Anos do Código Civil. Desafios e Perspectivas. São Paulo: Atlas, 2012, p. 723-742.

DIDIER JR, Fredie. Extensão da Coisa Jugada à Resolução da Questão Prejudicial Incidental no NCPC. In: DIDIER JR., Fredie (Coord. Geral). *Novo CPC. Doutrina Seleccionada: procedimento comum*. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 2, p. 783-794.

DINAMARCO, Marina Cardoso. Verbete *enteado*. In: LAGRASTA NETO, Caetano & SIMÃO, José Fernando (Coord. Geral). *Dicionário de Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Direito de Família. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 5.

DUTTO, Ricardo J. Medidas Autosatisfactivas en El Derecho de Familia. In: PEYRANO, Jorge W. (Org.). *Medidas Autosatisfactivas*. Culzoni: Santa Fé, 2004, p. 41-93.

EDUCABRAS. *Fim da Idade Média*. Disponível em: <www.educabras.com/vestibular/materia/historia/historia_geral/aulas/fim_da_idade_media>. Acesso em: 07 ago. 2016.

FACHIN, Luiz Edson. Desafios e Perspectivas do Direito de Família no Brasil Contemporâneo. In: AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e Outros Temas*. Homenagem a Tullio Ascarelli. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 424-444.

FACHIN, Rosana Amara Girardi. *Em Busca da Família do Novo Milênio*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de & ROSENVALD, Neslon. *Direito das Famílias*. 2. ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de. A Família Parental. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 247-276.

FERRANDO, Gilda. Famílias Recompuestas e os Novos Pais In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite; COLTRO, Antônio Carlos Mathias & TELLES, Marília Campos Oliveira (Coords.). *Problemas da Família no Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. 159-173.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. *Filiação*. São Paulo: Atlas, 2009.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Direito Civil*. Família. São Paulo: Atlas, 2008.

GIKOVATE, Flávio. *Uma Nova Visão do Amor*. 7. ed. São Paulo: MG Editores, 1996.

GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Trad. AM Hespanha e LM Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GIRARDI, Viviane. *Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto*. A possibilidade jurídica da adoção por homossexuais. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2005.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Alguns Apontamentos sobre o Regime Atual dos Alimentos no Código Civil. In: VENOSA, Sílvio de Salvo (Coord.). *10 anos de vigência do Código Civil: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 692-712.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Efeitos Pessoais da União Estável. In: CHINELLATO, Silmara Juny; SIMÃO, José Fernando; FUJITA, Jorge Shiguemitsu & ZUCCHI, Maria Cristina (Orgs.). *Direito de Família do Novo Milênio: estudos em homenagem ao Prof. Álvaro Villaça Azevedo*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 327-342.

GOMES, Orlando. *Direito de Família*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. *Transexualidade e Direitos Humanos*. O reconhecimento da identidade de gênero entre os direitos da personalidade. Curitiba: Juruá, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, vol. VI – Direito de Família.

GOUVEIA, Débora Consoni. *A Autoridade Parental nas Famílias Reconstituídas*. Mestrado – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010.

GRISARD FILHO, Waldyr. *Famílias Reconstituídas. Novas Relações Depois das Separações. Parentesco e Autoridade Parental. Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil Brasileiro*. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família*, 2003, p. 657-675.

GRISARD FILHO, Waldyr. *Famílias Reconstituídas: Novas relações depois das separações*. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora RT, 2010.

GROENINGA, Giselle Câmara. Afetos, Sexualidade e Violência – A Família Desmistificada. In: DIAS, Maria Berenice & BASTOS, Eliene Ferreira. *A Família Além dos Mitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 67-80

GROENINGA, Giselle Câmara. Algo estranho no ar: famílias de família e famílias nem tão de família. *ConJur*, 15 fev. 2015. Acesso em: 27 ago. 2016.

GROENINGA, Giselle Câmara. *Direito à Convivência entre Pais e Filhos*. Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GROENINGA, Giselle Câmara. Os mistérios da paternidade. Diversas interpretações e imprecisões. *ConJur*, 30 out. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-out-30/processo-familiar-misterios-paternidade-diversas-interpretacoes-imprecisoas>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

GROSMAN, Cecília P. & ALCORTA, Irene Martinez. *Familias Ensambladas, nuevas uniones después del divorcio*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 2000.

HAYA, Silvia Tamayo. *El Estatuto Jurídico de los Padrastros*. Nuevas perspectivas jurídicas. Madrid: Reus, 2008.

HERMOSILLA, Paulo Henrique Garcia. *A existência do casamento entre pessoas do mesmo sexo*. Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Concorrência Sucessória do Companheiro. Decisão Comentada. Reclamação 18.896 – São Paulo. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 7, 2014.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Famílias Paralelas. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 108, p. 199-219, dez. 2013.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. O Conceito de Família e sua Organização Jurídica. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 27-100.

IENCARELLI, Ana Maria Brayner. Cuidado, responsabilidade e alienação parental: benefícios e prejuízos. Interfaces com o desenvolvimento saudável e com a patologia. In: PEREIRA, Tânia da Silva & OLIVEIRA, Guilherme de (Coords.). *Cuidado e Responsabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 18-24.

KEHL, Maria Rita. *Em defesa da família tentacular*. Disponível em: <<http://www.frenteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>>. Acesso em 28 fev. 2016.

LAGRASTA NETO, Caetano; SIMÃO, José Fernando & TARTUCE, Flávio. *Direito de Família*. Novas Tendências e Julgamentos Emblemáticos. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Famílias Monoparentais*. A situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LOBO, Cristina. Parentalidade Social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n. 59, p. 45-74, 2009. Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a04.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. *II Encontro de Direito de Família do IBDFAM/DF*, 2004, auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília – DF: Instituto Brasileiro de Direito de Família. *R. CEJ*, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez.2004.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito de Família e os Princípios Constitucionais. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 101-132.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, v. 3, n. 12, p. 40-55, jan./mar. 2012.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Famílias*. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Socioafetividade. O estado da arte no Direito de Família Brasileiro. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 5, set/out 2014, p. 11-24.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MADALENO, Rolf. A desigualdade conjugal do Código Civil. In: PEREIRA, Tânia da Silva & OLIVEIRA, Guilherme de (Coord.). *Cuidado e Responsabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 312-324.

MADALENO, Rolf. Alimentos Compensatórios. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 577-596.

MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MADALENO, Rolf. O confronto da filiação socioafetiva e o pretense direito sucessório sobre a filiação biológica. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 15, p. 11-74, mai./jun. 2016.

MADALENO, Rolf. O Fantasma Processual da Separação. In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo & CARNEIRO, Sérgio Barradas. *Coleção Repercussões do novo CPC*. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 15, p. 419-436.

MAIA JÚNIOR, Mairan Gonçalves. *A Família e a Questão Patrimonial*. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora RT, 2015.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Novas Modalidades de Família na Pós-Modernidade*. São Paulo: Atlas, 2010.

MALUF, Carlos Alberto Dabus & MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. A família na pós-modernidade: aspectos civis e bioéticos. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 108, p. 221-242, 2013.

MALUF, Carlos Alberto Dabus & MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Curso de Direito de Família*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. Prefácio. In: CASSETARI, Christiano. *Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva*. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A Família na Constituição. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva & CARVALHO, Paulo de Barros (Coords.). *O Direito e a Família*. São Paulo: Noeses, 2014, p 1-18.

MATOS, Alderi Souza de. *História do Movimento Reformado* – outros textos. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/7030.html>>. Acesso em: 05 set. 2016.

MATSUURA, Lilian. Madrasta consegue guarda do filho do seu ex-marido. *ConJur*, 05 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-ago-05/justica-concede-madrasta-guarda-filho-ex-marido>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Em busca da nova família. Uma família sem modelo. In: TEPEDINO, Gustavo & FACHIN, Luiz Edson (Coords.). *Pensamento Crítico do Direito Civil Brasileiro*. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p. 215-226.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito de Família*. 3. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 1947, vol. I.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de Direito Privado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, tomo VII.

MONTAGNA, Plínio. (Multi)Parentalidade e Subjetivação. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 17, p. 113-128, set/out 2016.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: direito de família*. Rev. e atual. por Regina Beatriz Tavares da Silva. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORSELLO, Marco Fábio. Autoridade parental: evolução conceitual. In: CASSETTARI, Christiano (Coord.). *10 anos de vigência do Código Civil Brasileiro de 2002: Estudos em homenagem ao Prof. Carlos Alberto Dabus Maluf*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 515-540.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2009, vol. 5 – Direito de Família.

NUNES, José Carlos Amorim de Vilhena. *Novos Vínculos Jurídicos nas Relações de Família*. Doutorado – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. Alienação Parental e as Nuances da Parentalidade. Guarda e convivência familiar. In: Pereira, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 277-342.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. *Concubinato e indenização por serviços prestados. A outra face do Poder Judiciário*. Coordenação de Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka. Del Rey. São Paulo: EPD, 2005, p. 347-364.

OLIVEIRA, Guilherme de. *CrITÉrio jurídico da paternidade*. Coimbra: Ed. Almedina, 2003.

OLIVEIRA, Patrícia. A responsabilidade da família afetiva na construção da identidade e da historicidade pessoal da criança. In: PEREIRA, Tânia da Silva & OLIVEIRA, Guilherme de (Coords.). *Cuidado e Responsabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 266-282.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, vol. 5.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Apresentação. In: CASSETARI, Christiano. *Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva*. São Paulo: Atlas, 2014.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Famílias Ensambladas e Parentalidade Socioafetiva – A Propósito da Sentença do Tribunal Constitucional, de 30.11.2007. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, n.10, Porto Alegre: Magister, dez./jan. 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. O CPC/2015 e a tentativa de ressuscitar a separação judicial. *ConJur*, 17 jul. 2016. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2016-jul-17/processo-familiar-cpc2015-tentativa-tentar-ressuscitar-separacao-judicial>>. Acesso em: 07 set. 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Separação Judicial no novo CPC: o lobo em pele de cordeiro. In: TARTUCE, Fernanda; MAZZEI, Rodrigo & CARNEIRO, Sérgio Barradas. *Coleção Repercussões do novo CPC*. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 15, p. 399-416.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. União Estável. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 198-246.

PEREIRA, Sérgio Gichkow. A imprescritibilidade das ações de estado e a socioafetividade: repercussão do tema no pertinente aos arts. 1601 e 1614 do Código Civil. In: MADALENO, Rolf H. & WELTER, Belmiro P. (Coords.). *Direitos Fundamentais do Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 425-438.

PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 371-423.

PEREIRA, Tânia da Silva. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PEREIRA, Tânia da Silva. O Cuidado chega ao Superior Tribunal de Justiça. In: PEREIRA, Tânia da Silva & OLIVEIRA, Guilherme de (Coords.). *Cuidado e Responsabilidade*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 351-372.

PEREIRA, Tânia da Silva. O Princípio do Melhor Interesse da Criança: da Teoria à Prática. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *A família na travessia do milênio – Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 215-234.

PERLINGIERI, Piero. *Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional*. São Paulo: Renovar, 2007.

PORTANOVA, Rui. *Ações de filiação e paternidade socioafetiva: com notas sobre direito belga e Corte Europeia de Direitos Humanos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

POZZI, Cláudia Elizabeth. (Trans)fronteiras da Parentalidade – Os olhares epistemológicos de Grossi e Arnaud no campo das famílias. In: TEPEDINO, Gustavo & FACHIN, Luiz Edson (Coords.). *Pensamento Crítico do Direito Civil Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 29-48.

RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins. Aspectos de interesse atual do matrimônio romano. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 93, p. 81-107, 1998.

ROSENVALD, Nelson. O ilícito omissivo parental: as três travessias. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 4, p. 43-80, jul./ago. 2014.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. *Famílias Simultâneas: da unidade codificada à pluralidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SANTOS NETO, José Antonio de Paula. *Do pátrio poder*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

SANTOS, Romualdo Baptista dos. *Direito e Afetividade*, Estudo sobre as Influências dos Aspectos Afetivos nas Relações Jurídicas. Mestrado – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009.

SCHREIBER, Anderson. Famílias simultâneas e redes familiares. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos & ALVES, Leonardo Barreto Moreira (Coords.). *Leituras Complementares: Direitos das Famílias*. Salvador: Podivm, 2010, p. 1-25.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. “União poliafetiva” é um estelionato jurídico. *Migalhas*, 3 out. 2012. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI165014,81042-Uniao+poliafetiva+e+um+estelionato+juridico>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Descabimento da Multiparentalidade. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva & CARVALHO, Paulo de Barros (Coords.). *O Direito e a Família*. São Paulo: Noeses, 2014, p. 63-92.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Equilíbrio necessário. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 dez. 2015. Tendências/Debates, p. A3.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Multiparentalidade deve ser rejeitada se gerar graves prejuízos aos filhos. *ConJur*, 25 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-dez-25/regina-silva-multiparentalidade-negada-prejudicar-filhos>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

SIMÃO, José Fernando. Afetividade e Responsabilidade. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 1, p. 35-53, jan./fev. 2014.

SIMÃO, José Fernando. Alimentos compensatórios: desvio de categoria e um engano perigoso. *Carta Forense*, 02 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/alimentos-compensatorios-desvio-de-categoria-e-um-engano-perigoso/10797>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SIMÃO, José Fernando. *Dicionário de Direito de Família*. Coordenadoria Geral de Caetano Lagrasta Netto e José Fernando Simão. São Paulo: Editora Atlas. 2015, v. 1.

SIMÃO, José Fernando. Efeitos Patrimoniais da União Estável. In: CHINELLATO, Silmara Juny; SIMÃO, José Fernando; FUJITA, Jorge Shiguemitsu & ZUCCHI, Maria Cristina (Orgs.). *Direito de Família do Novo Milênio: estudos em homenagem ao Prof. Álvaro Villaça Azevedo*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 340-368.

SIMÃO, José Fernando. Há limites para o princípio da pluralidade familiar na apreensão de novas formas de conjugalidade e de parentesco? *IBDCivil*, v. 2, p. 66-84, out./dez. 2014.

SIMÃO, José Fernando. Inconstitucionalidade do artigo 1.790 do CC e tio que deve alimentos a sobrinho. *ConJur*, 11 set. 2016. Acesso em: 11 out. 2016.

SIMÃO, José Fernando. *Notas sobre as relações familiares no período das Ordenações Filipinas*. Disponível em: <<http://professorsimao.com.br/artigos/artigo.aspx?id=167>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

SIMÃO, José Fernando. O afeto em xeque e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. *ConJur*, 12 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-abr-12/processo-familiar-superior-tribunal-justica-afeto-valor-juridico2>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SIMÃO, José Fernando. Pai, padrasto e ascendente genético: uma confusão categorial que custa caro ao sistema – Parte 1. *Carta Forense*, 04 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/pai-padrasto-e-ascendente-genetico>>

uma-confusao-categorial-que-custa-carro-ao-sistema---parte-2---padrasto-nao-e-pai-socioafetivo/16622>. Acesso em: 04 out. 2016.

SIMÃO, José Fernando. Poligamia, casamento homoafetivo, escritura pública e dano social: uma reflexão necessária? Parte 3. *Carta Forense*, 01 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/poligamia-casamento-homoafetivo-escritura-publica-e-dano-social-uma-reflexao-necessaria--parte-3/10376>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SIMÃO, José Fernando. Se o Estatuto da Família for aprovado, STF o declarará inconstitucional. *ConJur*, 22 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-fev-22/processo-familiar-estatuto-familia-for-aprovado-stf-julgara-inconstitucional>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

SIMÃO, José Fernando. Sobre a doutrina, guarda compartilhada, poder familiar e as girafas. *ConJur*, 23 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-23/processo-familiar-doutrina-guarda-compartilhada-girafas>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SOUZA, Paloma Braga Araújo de. Casamento Igualitário: mudança de paradigma e efetivação do direito fundamental à família. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 15, p. 89-110, mai./jun. 2016.

SOUZA, Vanessa Ribeiro Corrêa Sampaio. A busca da ascendência biológica pelo filho registral e afetivo: considerações à luz do princípio da solidariedade familiar. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, n. 8, p. 47-67, mar./abr. 2015.

TARTUCE, Flávio. *Direito de Família*. 10. ed. São Paulo: Editora Método, 2015. vol. 5 – Direito de Família.

TARTUCE, Flávio. *Manual de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Método, 2012.

TARTUCE, Flávio. Separados pelo Casamento. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, n. 08, Porto Alegre: Magister, p. 58-67, fev./mar. 2009.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado & RODRIGUES, Renata de Lima. A Multiparentalidade como Nova Estrutura de Parentesco na Contemporaneidade. *IBDCivil*, v. 4, p. 9-38, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume4/02---rbdcivil-volume-4---a-multiparentalidade-como-nova-figura-de-parentesco-na-contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Multiparentalidade como Efeito da Socioafetividade nas Famílias Recompostas. *Revista Magister de Direito das Famílias e Sucessões*, v. 11, n. 10, p. 34-60, jun./jul. 2009. Disponível em: <<http://www.magisteronline.com.br/mgstrrf/lpext.dll/Infobase/1/2>>. Acesso em: 13 nov. 2016

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. RODRIGUES, Renata de Lima. *O Direito das Famílias entre a Norma e a Realidade*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. Contratos em Direito de Família. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 475-504.

TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TEPEDINO, Gustavo. União de pessoas do mesmo sexo à luz do direito civil-constitucional. In: DIAS, Maria Berenice (org.). *Direito das famílias: contributo do IBDFAM em homenagem a Rodrigo da Cunha Pereira*. São Paulo: RT, 2010.

VALADARES, Maria Goreth Macedo. Os meus, os seus e os nossos: as famílias-mosaico e os seus efeitos jurídicos. *Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões*, edição nº 0. Belo Horizonte: Ibdfam, 2013, p. 53-80.

VELOSO, Zeno. *Código Civil Comentado: direito de família, alimentos, bem de família, união estável tutela e curatela*. São Paulo: Atlas, 2003, vol. 17.

VELOSO, Zeno. Nome Civil da Pessoa Natural. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 423-474.

VELOSO, Zeno. Regimes matrimoniais de bens. In: PEREIRA, De Rodrigo da Cunha (Coord.). *Direito de Família Contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997, p. 79-217.

VENOSA, Sílvio de Salvo. A família conjugal. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). *Tratado de Direito das Famílias*. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 133-192.

VIANA, Rui Geraldo Camargo. Evolução Histórica da Família Brasileira. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). *A família na travessia do milênio – Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 325-332.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da Paternidade. Conferência proferida em 9 mai. 1979, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista da Faculdade de Direito*, n. 21, p. 400-418, 1979.

VILLELA, João Baptista. O modelo constitucional de filiação: verdades e superstições. *Revista brasileira de direito de família*, v. 1, n. 2, julho/set. 1999.

VILLELA, João Baptista. Repensando o Direito de Família. *Anais do I Congresso Brasileiro de Direito de Família*. Belo Horizonte: Editora IBDFAM, 1999, p. 15-30.

WALD, Arnold. *Curso de Direito Civil Brasileiro: o novo direito de família*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WATARAI, Felipe. *Filhos, Pais, Padrastos: Relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares*. Doutorado – Faculdade de Psicologia da USP, Ribeirão Preto, 2010.

WELTER, Belmiro Pedro. *Teoria tridimensional do direito de família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

ZACHARIAE, K. S. *Le droit civil français*. Paris: Libraire-Éditeur, 1854, tome premier.